



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO

PLS N.º 69, DE 2004, comp

em 01.04.04

ILM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2004 – COMPLEMENTAR

*As Comissões de
Constituição, Justiça e
Cidadania; e de Relações
Exteriores e Defesa Na
cional.*

Em 31/03/04

José Sarney
José Sarney
Presidente

Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras ocupadas por indígenas, nos termos de suas atribuições constitucionais e legais, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Considera-se como relevante interesse público da União, nos termos do art. 231, § 6º, da Constituição Federal, o exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas, a compreender:

I – a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II – em faixa de fronteira, a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. Nº 69, 04

Fls. 01 *ILM*

[Assinatura]



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III – a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Art. 3º As Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, deverão encaminhar ao Conselho de Defesa Nacional plano de trabalho relativo à instalação permanente de unidades militares e policiais em terras ocupadas por indígenas, com as especificações seguintes:

I – localização;

II – justificativa;

III – construções, com indicação da área a ser edificada;

IV – contingente ou efetivo.

Art. 4º As Forças Armadas e a Polícia Federal, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, nos limites de suas atribuições constitucionais e legais, medidas de proteção da vida e do patrimônio do indígena e de sua comunidade, de respeito aos seus usos, costumes e tradições.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 231, § 6º, da Constituição Federal dispõe que, *litteris*:

SENADO FEDERAL
Projeto Legislativo
P.L.S. N.º 69 / 04
Fls. 02 469



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

O art. 231, § 6º, da Constituição Federal, declara nulo e extinto qualquer ato que preveja a ocupação de terras indígenas, ressalvado relevante interesse público da União, que deve ser regulado mediante lei complementar. Todavia, não há, até o momento, lei complementar que regule o artigo mencionado.

A fim de suprir, em parte, o dever do Congresso Nacional de dar força normativa ao § 6º, do art. 231 da Constituição Federal, o presente projeto pretende destacar como relevante interesse público o papel das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo

P.L.S. N°

Fls.

69 / 04
037 1569



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

Evidentemente, a presente proposição não pretende usurpar a proteção deferida constitucionalmente aos indígenas e tampouco descaracterizar as funções das Forças Armadas e da Polícia Federal. Ao contrário, pretende criar mecanismo para otimizar a tutela de interesses do povo brasileiro por meio normativo adequado, diferentemente do que ocorre atualmente, em que a matéria é regulada pelo Decreto nº 4.412, de 2002.

Afinado por esse diapasão, o presente projeto considera as terras indígenas em faixa de fronteira como indispensáveis à segurança nacional.

Importa lembrar, igualmente, que poderá haver terras indígenas em faixa de fronteira, o que nos induz a lembrar do § 2º do art. 20, da Constituição Federal, que dispõe:

A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo

P.L.S. N.º

Fls.

69/04

04

WZ



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO

Nesse sentido, lei deveria regular a ocupação e utilização de faixa de fronteira. Entretanto, crê-se que, em caso de haver terras indígenas em faixa de fronteira, a regulação de presença das Forças Armadas, ainda assim, deveria ser por lei complementar nos termos do § 6º do art. 231 da Constituição Federal. Afinal, de um lado, a proteção constitucional dada aos índios é especial e está relacionada à garantia de formas especiais de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, não podendo ser reduzida ao mero uso de terras, no caso, em faixa de fronteira. De outro lado, a defesa do País inclui, naturalmente, todo o território e todas as pessoas que nele vivem, inclusive os indígenas mais isolados. Assim, perfeitamente, fatores de defesa nacional poderiam ser enquadrados como de relevante interesse público da União a serem disciplinados em lei complementar.

Dessa forma, temos a certeza de que a presente proposição preencherá importante lacuna regulatória de nossa Carta Magna.

Sala das Sessões,


Senador AUGUSTO BOTELHO

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N.º 69 / 04
Fls. 05 *Feb*

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal de 1988

“Art. 20. São bens da União:

.....

§ 2º. A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei.”

.....

“Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

.....

§ 1º. Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

.....

III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.”

.....

“Art. 231.

.....

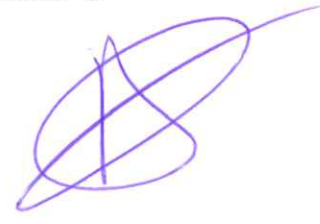
§ 6º. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. N.º 69, 04

Fls. 06 2409



que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.”

Decreto nº 4.412, de 2002

“Art. 1º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamento, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III - a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Art. 2º As Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, deverão encaminhar previamente à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional plano de trabalho relativo à instalação de unidades militares e policiais, referidas no inciso II do art 1, com as especificações seguintes:

I - localização;

II - justificativa;

III - construções, com indicação da área a ser edificada;

IV - período, em se tratando de instalações temporárias;

V - contingente ou efetivo.

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

P.L.S. N°

69 / 04

Fls.

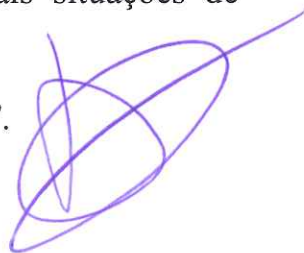
07

1463

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional poderá solicitar manifestação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI acerca de eventuais impactos em relação às comunidades indígenas das localidades objeto das instalações militares ou policiais.

Art. 3º As Forças Armadas e a Polícia Federal, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, nos limites de suas competências e sem prejuízo das atribuições referidas no caput do art. 1, medidas de proteção da vida e do patrimônio do índio e de sua comunidade, de respeito aos usos, costumes e tradições indígenas e de superação de eventuais situações de conflito ou tensão envolvendo índios ou grupos indígenas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação”.



SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.S. N° 69/04
Fls. 08 4409